

O ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL PELOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE¹

Victoria Beatriz Trevisan Nobrega Martins Ruthes², Noelia Kally Marinho de Sousa³, Verônica de Azavedo Mazza⁴, Daiana Kloh Khalaf⁵

¹ Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva, no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Paraná, desenvolvida no Grupo de estudo Família Saúde e Desenvolvimento.

² Aluna do Curso de Doutorado em Enfermagem (PPGENF-UFPR), bolsista CAPES, Nutricionista, victoria.martins@ufpr.br ? Curitiba, PR, Brasil.

³ Mestra em Saúde Coletiva (PPGSC-UFPR), Psicóloga, noeliamarinhosousa@gmail.com ? Curitiba, PR, Brasil.

⁴ Professora Orientadora, Pós-Doutora em Enfermagem, Curso de Enfermagem (UFPR) e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (UFPR), mazzas@ufpr.br ? Curitiba, PR, Brasil.

⁵ Professora Coordenadora, Doutorado em Enfermagem, Curso de Enfermagem (UFPR), daianakloh@gmail.com ? Curitiba, PR, Brasil.

Introdução – O enfrentamento ao trabalho infantil deve ocorrer de maneira intersetorial. O sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes é composto por três eixos: defesa dos direitos humanos (ministério público, conselhos tutelares e polícia militar), promoção dos direitos humanos (conjunto das políticas públicas de saúde, educação, assistência social e conselhos de direitos) e controle da efetivação dos direitos humanos (sociedade civil e conselhos dos direitos de crianças e adolescentes). Este foi formulado em 2006, sendo resultado das oportunidades legais, Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente que asseguram a doutrina de proteção integral para crianças e adolescentes. A atuação da política de saúde para o enfrentamento ao trabalho infantil é relativamente recente, pois o arcabouço legal de constituição das políticas públicas formulou-se de maneira desigual para os diversos campos de políticas públicas. A atenção primária a saúde juntamente com a rede de proteção integral tem papel primordial na identificação, notificação, intervenção e erradicação do trabalho infantil. Dessa forma, o conhecimento dos profissionais de saúde para o enfrentamento ao trabalho infantil é de fundamental importância para a atenção integral a crianças e adolescentes em situação de trabalho precoce. **Objetivo** – Descrever o enfrentamento ao trabalho infantil na visão dos profissionais da Atenção Primária a Saúde. **Metodologia** – Trata-se de um estudo exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa. Participaram do estudo 23 agentes comunitários de saúde, oito dentistas, 12 enfermeiros, 11 médicos, oito representantes da rede de proteção à criança e o Adolescente em situação de risco para a violência (dentistas, técnicos de enfermagem, enfermeiros e técnicos de saúde bucal) 16 técnicos de enfermagem e sete técnicos de saúde bucal, totalizando 97 profissionais da atenção primária a saúde, de um município da região Sul do Brasil. A coleta de dados foi realizada entre maio de 2019 e setembro de 2019. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada com um roteiro previamente elaborado pelas autoras. O roteiro do instrumento de coleta de dados utilizou-se de perguntas como: “o conhecimento acerca do trabalho

infantil no território, ações trabalho desenvolvidas pelos profissionais com enfoque no trabalho infantil e o conceito de trabalho infantil”. As entrevistas tiveram duração média de 20 minutos, e foram registradas em áudio com um gravador digital e transcritas em documentos em formato *Microsoft® Office Word*. Os dados foram analisados com base na análise do conteúdo categorial temática de Bardin. O estudo foi aprovado no CEP-UFPR e do município de Curitiba – PR respectivamente sob os Pareceres nº. 3.374.173 e 3.458.491. **Resultados** – A análise dos dados possibilitou identificar três categorias temáticas, que mostraram o enfrentamento ao trabalho infantil pelos profissionais da atenção primária a saúde, com base em suas concepções e práticas de trabalho. A primeira categoria “Identificação do Trabalho Infantil” identificou os tipos de trabalho infantil mais precarizados e as formas de identificação do trabalho infantil de maneira acidental e mediante livre demanda. A segunda subcategoria “Trabalho infantil na percepção dos profissionais” descreveu o conceito de trabalho infantil que denotou falta de clareza, as intervenções para o enfrentamento do trabalho infantil, bem como as limitações dos profissionais, que entendiam o trabalho como elemento socializador para a construção social das crianças e dos adolescentes. A terceira categoria “Vulnerabilidades e trabalho infantil” elencou os territórios vulneráveis e o trabalho como fator de sobrevivência para as crianças, adolescentes e suas famílias. **Conclusões** – Elucidar o enfrentamento ao trabalho infantil na visão dos profissionais da atenção primária a saúde é de fundamental importância para identificar as iniquidades, bem como para a redução das vulnerabilidades que se perpetuam nos territórios, local onde a vida se desenvolve.

Palavras-chave – Trabalho Infantil; Políticas Públicas; Saúde Pública; Atenção Primária à saúde.

Agradecimentos – A coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de mestrado que auxiliou na pesquisa.